

Ata n.º 14/2020 – Reunião ordinária do dia 30.6.2020

- 1 ----- Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, realizou-se uma
2 reunião ordinária da Câmara Municipal de Bombarral, através de vídeo conferência
3 com a participação do senhor Presidente da Câmara, Ricardo Manuel da Silva
4 Fernandes, do senhor Vice-Presidente da Câmara, Nuno Alexandre Gomes Vicente e
5 dos senhores Vereadores Patrícia Alexandra Costa Pereira de Paula, Vítor Manuel
6 Ferreira da Fonseca, José Manuel Gonçalves Vieira, João Miguel Castanheira Silva e
7 Rosa Maria Bastos Gonçalves Guerra.-----
8 ----- Secretariou a reunião a técnica superior, Ana Rute Mil-Homens Martins. -----
9 ----- Pelas 10 horas foi a reunião declarada aberta pelo senhor Presidente da
10 Câmara. -----
- 11 **Período antes da Ordem do Dia**
- 12 **0462. Ata n.º 11/2020:** Depois de lida e achada conforme foi deliberado por unanimidade
13 dos membros presentes na reunião respetiva aprovar a ata n.º 11/2020, respeitante à
14 reunião ordinária do dia 26 de maio de 2020. -----
15 **Do senhor Presidente da Câmara:** -----
- 16 **0463. Preparação para a época dos incêndios:** “No passado dia 22 de junho no âmbito
17 das ações de preparação para a época dos incêndios, o Serviço Municipal de
18 Proteção Civil, os bombeiros Voluntários do Bombarral e as Juntas de Freguesia
19 testaram os equipamentos e os veículos cisterna destinados a apoiar o combate aos
20 incêndios florestais efetuando os testes e verificações técnicas de interoperabilidade
21 de modo a validar a integração e articulação dos diferentes equipamentos existentes
22 para apoio às operações de combate aos incêndios florestais.” -----
- 23 **0464. Entrega de cartões Abem:** “No passado dia 22 de junho o Município entregou mais
24 três cartões Abem, programa a que em boa hora aderimos e que continua a ajudar
25 todos aqueles que precisam de continuar a cuidar da sua saúde e que até aqui não
26 tinham forma de o fazer, tendo muitas vezes de escolher entre o ter alguma coisa para
27 comer ou fazer a medicação.” -----
- 28 **0465. Assembleia Intermunicipal OesteCIM:** “No dia 24 decorreu a Assembleia
29 Intermunicipal na OesteCIM através de vídeo conferência onde tivemos a
30 oportunidade de debater assuntos relacionados com o nosso Oeste.” -----
- 31 **0466. Balanço do Ano letivo 2019/2020:** “No passado dia 25 de junho terminou mais um
32 ano letivo para milhares de alunos. Foi sem dúvida nenhuma um ano atípico, em que a
33 situação da pandemia COVID-19 trouxe também ao setor da educação grandes
34 mudanças. A maior, foi sem dúvida nenhuma, a adaptação que as escolas, num curto
35 espaço de tempo operaram para continuar a promover as aulas aos seus alunos
36 através das plataformas digitais. O Município não ficou indiferente a esta situação e
37 reforçando a transferência de competências que assumiu este ano, trabalhou no
38 sentido para que nenhum aluno ficasse privado de poder assistir às aulas virtualmente.
39 Deste modo desde a primeira hora foram recolhidas as necessidades por toda a
40 comunidade escolar e foram realizados todos os procedimentos para adquirir os meios
41 tecnológicos necessários para que nenhum aluno ficasse privado das aulas.” -----
- 42 **0467. Ranking 2019 das escolas/ Agrupamento de Escolas Fernão do Pó:** “A Escola
43 Básica e Secundária Fernão do Pó ocupa o 166.º lugar no ranking 2019 das escolas
44 fazendo parte também das escolas em que mais melhoraram os alunos.” -----
- 45 **0468. Agrupamento de Escolas Fernão do Pó – Turma 8.º A:** “No passado dia 24 de
46 junho foram entregues ao Município pelos alunos da turma do 8.º A da Escola Básica
47 e Secundária Fernão do Pó, no âmbito da disciplina de “Cidadania e Desenvolvimento”

Ata n.º 14/2020 – Reunião ordinária do dia 30.6.2020

- 48 diversos bens alimentares, roupa de criança, livros e brinquedos para serem
49 distribuídos pelas famílias carenciadas do concelho. E foi com grande satisfação e,
50 pelo facto de haver alunos que se preocupam com os outros e que tiveram a
51 capacidade de antecipar as dificuldades que muitas famílias estão a atravessar devido
52 à atual situação desta pandemia que recebemos estes bens. Bens estes, que
53 posteriormente, foram distribuídos pelas famílias do concelho que neste momento
54 enfrentam maiores dificuldades.” -----
- 55 **0469. Protocolo de colaboração entre a Associação Geoparque Oeste e o Politécnico**
56 **de Leiria:** “Ontem a AGEO - Associação Geoparque Oeste, assinou um protocolo de
57 parceria com o Politécnico de Leiria para desenvolver o plano estratégico para a
58 candidatura do território de cinco concelhos à UNESCO - Organização das Nações
59 Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. A cerimónia decorreu no auditório da
60 ESTM – Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar. Como entidade gestora do
61 ‘aspiring’ Geoparque Oeste à UNESCO, a AGEO resulta de um projeto conjunto entre
62 cinco municípios, que em 2017 se juntaram e têm desenvolvido esforços no sentido da
63 criação de um parque comum a estes concelhos.” -----
- 64 **0470. COVID-19 e campanha da colheita de fruta:** “Temos estado em contato com várias
65 entidades, nomeadamente o Governo para conseguirmos arranjar um plano de ação
66 em relação próxima campanha da colheita de fruta, especialmente, a apanha da nossa
67 Pera Rocha e que faz com que nós tenhamos a esperança de que o plano de ação vá
68 de encontro a esta questão que é a de evitarmos, novas infeções no nosso concelho.
69 Faço uma referência especial à nossa proteção civil que na pessoa do senhor
70 Coordenador, Sérgio Morais, tem sido incansável nesta situação em conseguir
71 acompanhar, a par e passo, tudo o que a nível de pandemia diga respeito.” -----
- 72 **0471. 106.º Aniversário do concelho:** “Ontem, dia 29 de junho e no âmbito das
73 comemorações do 106.º Aniversário do concelho, que infelizmente pelas razões que
74 todos conhecem, apenas foi realizado um ato simbólico, o hastear das bandeiras que
75 também contou com a presença dos senhores vereadores a quem muito agradeço. A
76 este propósito lançámos um vídeo do concelho. Um vídeo produzido, realizado e
77 editado pelo setor de relações públicas, comunicação e imagem da Câmara Municipal
78 do Bombarral a quem daqui endereço as minhas felicitações. Pessoalmente, acho que
79 o vídeo está bastante apelativo e enaltece as características do nosso território. Houve
80 ainda a oportunidade de participar numa eucaristia em honra do Município do
81 Bombarral celebrado pelo Cónego Mário Pais e coadjuvado pelo Padre José Luís, a
82 quem saúdo e agradeço a celebração da eucaristia dedicada ao 106.º Aniversário do
83 Município do Bombarral.” -----
- 84 **Da senhora Vereadora Patrícia Costa Pereira:** -----
- 85 **0472. Pobreza no concelho:** “Realizámos no dia 18 de junho uma reunião com todas as
86 entidades envolvidas e que estão a fazer distribuição alimentar no nosso concelho,
87 Santa Casa da Misericórdia, Banco Alimentar e os Vicentinos, para tentarmos fazer
88 uma abordagem para saber quem são os agregados familiares que recebem e,
89 eventualmente, os que poderão estar a receber em duplicado este tipo de ajuda. Toda
90 a reunião decorreu, obviamente, com os maiores cuidados, tendo em conta o
91 regulamento geral de proteção de dados que não facilita esse tipo de situação, mas
92 fizemo-lo dentro da Lei. Entretanto decorreu uma segunda reunião, apenas com os
93 técnicos para tentar fazer a identificação de famílias que poderão necessitar de apoio
94 e aferir de que forma é que a Câmara pode aqui também ajudar para que possamos



Ata n.º 14/2020 – Reunião ordinária do dia 30.6.2020

- 95 minorar esta situação que nos preocupa a todos. Nesta reunião conseguimos perceber
96 que haviam realmente algumas famílias a receber em duplicado, isto porque, às
97 vezes, pode se entender como um reforço, mas não, era aquela situação do “chico
98 espertismo”, e vamos realmente continuar a trabalhar esta temática com inteira
99 disponibilidade da Câmara para resolver esta questão, porque como o senhor
100 Presidente já disse várias vezes, não é admissível que no concelho Bombarral existam
101 pessoas a passar fome.” -----
102 **Do senhor Vereador Vítor Fonseca:** -----
103 **0473. Protocolo de colaboração entre a Associação Geoparque Oeste e o Politécnico**
104 **de Leiria:** “Ontem também estive presente na assinatura do protocolo entre a AGEO -
105 Associação Geoparque Oeste com o Politécnico de Leiria que decorreu no IPL em
106 Peniche. Nesta cerimónia foi também anunciado que o futuro Centro de Interpretação
107 do Geoparque será no Bombarral, nas antigas instalações da escola primária.” -----
108 **Do senhor Vereador José Manuel Vieira:** -----
109 **0474. Mensagem Feriado Municipal/Aniversário do Concelho do Bombarral:** “Os
110 vereadores do PPD/PSD, conscientes das dificuldades acrescidas que os
111 bombarralenses estão a passar e dos momentos muito difíceis que nalguns casos
112 configuram enormes carências, por força dos efeitos da Pandemia Covid-19, desejam
113 que todos tenham assinalado com saúde, paz e harmonia familiar, o feriado de 29 de
114 junho que assinalou o 106º Aniversário do Concelho do Bombarral. Importa sairmos
115 desta situação preocupante, com um renovado espírito de solidariedade e cooperação,
116 para que continuemos a construir um concelho, cada vez mais próximo dos seus
117 cidadãos e com melhores condições para todos. Para que tal aconteça, continuaremos
118 atentos e proactivos, para colaborar e apresentar propostas que vão de encontro às
119 necessidades evidenciadas. Até ao próximo aniversário concelhio, decorrerá mais um
120 ano que desejamos traga felicidade, prosperidade e saúde para todos.” -----
121 **0475. Agrupamento de Escolas Fernão do Pó /Bombarral:** “Apresentamos as nossas
122 felicitações ao Agrupamento de Escolas Fernão do Pó, nas pessoas do seu diretor,
123 docentes e pessoal administrativo pelos bons resultados obtidos no ano que agora
124 termina. Ao longo de vários anos todo o agrupamento tem sido uma referência a nível
125 nacional e é motivo de orgulho para todos nós. Aos alunos desejamos também as
126 maiores felicidades, quer permaneçam nas nossas escolas, quer tenham avançado
127 para outras apostas na área do ensino ou em termos profissionais.” -----
128 **0476. Estrada Municipal que liga a vila ao Estádio Municipal:** “Constatámos que muitas
129 das caixas de esgoto ao longo do caminho que liga a vila ao Estádio Municipal, não se
130 encontram nos devidos locais, havendo bocas de esgoto completamente abertas,
131 representando um enorme perigo para pessoas e animais que ali circulem. Presume-
132 se que as mesmas tenham sido roubadas, pelo que apelamos para a verificação desta
133 situação.” -----
134 **0477. Edifício onde esteve instalada a 1ª Câmara Municipal do Bombarral:** “A propósito
135 da celebração de mais um aniversário do Concelho do Bombarral, veio uma vez mais
136 à lembrança de muitos bombarralenses, a ideia de adquirir aquele emblemático
137 edifício, adaptando-o a um espaço museológico representativo do Bombarral e à sua
138 História. Prevendo que o Sr. Presidente não encarará esta ideia como descabida, aqui
139 fica o nosso alerta para a importância de se pensar na viabilização da mesma. Para
140 tal, deveria ser consultada a família proprietária daquele imóvel e averiguar se estão



Ata n.º 14/2020 – Reunião ordinária do dia 30.6.2020

- 141 na disponibilidade de cooperar com a sua transmissão ao Município, para esse fim. É
142 um assunto que deixo aqui para reflexão.” -----
- 143 **0478. Hastear das Bandeiras no dia 29 de Junho:** “Independentemente da simpatia com
144 que o Sr. Presidente nos presenteou com um belíssimo café e um belíssimo pastel de
145 nata, numa belíssima esplanada da nossa, não menos belíssima Praça do Município,
146 permita-me deixar aqui um reparo sobre a forma como foram postos de parte, os
147 vereadores da Câmara, na cerimónia simbólica do 29 de junho. Como o Sr. Presidente
148 teve ocasião de se aperceber, após ter terminado a pequena cerimónia do hastear das
149 bandeiras, na sede do Município, saiu-me de forma espontânea um comentário que
150 exprimi com uma só palavra o que me ia na alma: deprimente! Sobre esse desabafo
151 todos entenderam que me referia à situação que ali vivemos na Praça do Município,
152 praticamente vazia de pessoas e de símbolos vivos que habitualmente fazem parte da
153 cerimónia. Tratou-se de facto de uma situação que a todos nós chocou e que nos 106
154 anos do Município, terá sido provavelmente o 29 de junho mais constrangedor de
155 sempre. Contudo, os poucos autarcas presentes na Praça, a convite do Sr.
156 Presidente, se não estou em erro três vereadores e dois membros da Assembleia
157 Municipal, teriam merecido um pouco mais de consideração por parte dos promotores
158 e responsáveis pela cerimónia, pois tenho a certeza que se sentiram completamente
159 fora da mesma que foi centralizada nas pessoas do Sr. Presidente da Assembleia
160 Municipal, Sr. Presidente da Câmara e Sr. Presidente da União de Freguesias do
161 Bombarral e Vale Covo. Naturalmente que não se coloca em causa o facto de terem
162 sido estas três entidades os protagonistas do hastear das bandeiras. Contudo, em
163 momento algum, houve a envolvência dos demais autarcas presentes, na cerimónia,
164 nem que fosse para uma habitual foto de grupo, havendo uma única preocupação que
165 foi fazer um filme do evento em que entram apenas três protagonistas. Mereciam
166 mais, aqueles que estiveram presentes, até porque chegaram às 8h30m da manhã,
167 respeitando a hora imposta pela imperiosa necessidade do Sr. Presidente da
168 Assembleia Municipal, cumprir com um compromisso profissional. A solidariedade é
169 um instrumento da Democracia que deve funcionar nos dois sentidos e não apenas
170 em sentido único, conforme, infelizmente, temos vindo a assistir nos últimos tempos.” -
- 171 **0479. Requerimento ao Sr. Presidente da Câmara:** “Apresento requerimento para que seja
172 fornecida a lista das viaturas municipais usadas pelos funcionários ou pessoal com
173 cargos políticos afeto ao gabinete da presidência. Requeiro ainda a informação sobre
174 quais são esses funcionários e quais os motivos que justificam que essas viaturas
175 circulem em termos de uso particular, noutros concelhos que não o Bombarral e já
176 agora qual o interesse concelhio que está implícito nessa cedência das viaturas.” -----
- 177 **Do senhor Vereador João Castanheira:** -----
- 178 **0480. Despesas de representação dos chefes de divisão:** “Questiono se estão a ser
179 processadas e pagas as despesas de representação aos chefes de divisão. Este
180 assunto também foi referido na Assembleia Municipal e o senhor Presidente não
181 respondeu concretamente à questão.” -----
- 182 **0481. Utilização de viaturas municipais entre a Câmara e as residências:** “No
183 seguimento da intervenção que foi feita na última Assembleia Municipal solicito uma
184 listagem de distribuição das viaturas pelos dirigentes que como é público as utilizam
185 entre a Câmara Municipal e as suas residências e questiono ainda quais os custos
186 com os combustíveis, portagens e multas de trânsito existentes.” -----

Ata n.º 14/2020 – Reunião ordinária do dia 30.6.2020

- 187 ----- O senhor Presidente da Câmara disse “respondendo já imediatamente ao
188 senhor vereador João Castanheira, dizer o seguinte, não sei se o senhor estava atento
189 ou não a tudo o que se passou na Assembleia Municipal, uma vez que eu respondi a
190 tudo aquilo que me foi perguntado sobre esta questão das despesas de
191 representação, assim sendo, volto a repetir e, portanto, não corresponde minimamente
192 à verdade o que acaba de dizer de que eu não respondi à pergunta e, portanto, isto
193 que fique bem registado, que no que diz respeito às despesas representação estão
194 efetivamente a ser pagas e estão a ser suportadas por um documento que, na altura,
195 exibi na reunião da Assembleia Municipal, e que foi aprovada, já não me recordo em
196 que data mas foi no ano de 2014, e que ainda está em vigor. Quanto às viaturas, eu
197 também respondi relativamente a isso, elas não estão distribuídas, existem situações
198 pontuais em que são usadas e que são usadas como em qualquer organização, como
199 em qualquer tempo anteriormente e, atualmente não há aqui uma atribuição de viatura
200 a todo o tempo. E far-me-á justiça, ainda por cima numa altura de pandemia, numa
201 altura em que quero é que o pessoal dirigente, e julgo que o senhor vereador João
202 Castanheira também está de acordo neste ponto, é que as coisas se façam em termos
203 da Câmara Municipal e que o nosso pessoal dirigente tenha o mínimo de risco para
204 que continue a trabalhar para fazer o excelente trabalho que tem feito.” -----
205 ----- O senhor Vereador João Castanheira disse “a resposta para o senhor
206 Presidente está na deliberação da Assembleia Municipal de 2014, mas eu não percebi
207 a resposta que deu porque nessa mesma deliberação o senhor Presidente votou
208 contra. Questiono se essas despesas de representação têm que ser aprovadas
209 anualmente.” -----
210 ----- O senhor Presidente da Câmara disse “as despesas de representação foram
211 aprovadas na Assembleia Municipal de 2014 e continuam em vigor, de lá para cá não
212 houve nenhuma alteração.” -----
213 **Da senhora Vereadora Rosa Guerra:** -----
214 **0482. Aniversário do concelho:** “Em primeiro lugar parabeno o nosso município pelo seu
215 106.º aniversário, e em segundo lugar, dizer que não estive presente na sua
216 comemoração por motivos de saúde.” -----
217 **0483. Raking Escolas 2019/Agrupamento de Escolas Fernão do Pó:** “Felicitó o
218 Agrupamento de Escolas Fernão do Pó pelo o seu lugar no ranking das escolas em
219 termos distritais. Surge assim, com excelentes resultados no nosso distrito o que
220 demonstra um bom nível de resultados obtidos também a nível nacional, certamente,
221 fruto tanto do desempenho dos alunos como dos seus professores. A nossa
222 comunidade escolar está toda de parabéns.” -----
223 **0484. Agrupamento de Escolas Fernão do Pó – Turma 8.º A:** “Um bem-haja e um justo
224 reconhecimento, aos alunos da turma do 8.º A do AEFP, que entregaram no município
225 um conjunto de bens alimentares, no âmbito da cidadania, para serem distribuídos às
226 famílias carenciadas do concelho.” -----
227 **0485. OesteCIM e transportes:** “Pergunto ao Sr. Presidente o que se passa em relação aos
228 transportes da rodoviária, pois consta que está com um grande prejuízo. Peço um
229 esclarecimento sobre o que se está a passar concretamente e de quem é a
230 responsabilidade desse mesmo prejuízo.” -----
231 **0486. Descargas no Rio Corga:** “Fui abordada, por um munícipe, passo a informação e
232 questiono se têm conhecimento das descargas que são feitas no rio Corga que vão



Ata n.º 14/2020 – Reunião ordinária do dia 30.6.2020

- 233 desaguar ao rio Real. Trata-se de descargas com maus odores e poluentes, a poluição
234 do rio é um tema que nos deve preocupar a todos.” -----
- 235 **0487. COVID 19:** “Tendo em conta que o nosso concelho está a gerar maior cuidado em
236 relação à COVID 19, pergunto que decisões novas vão estar em cima da mesa e se
237 vai existir um alargamento e prorrogação das restrições.” -----
- 238 **0488. Sessões de Câmara em videoconferência:** “Sr. Presidente, por quanto mais tempo
239 vamos continuar as sessões de câmara em videoconferência e, continuando porque
240 não, os munícipes que pretendam e se inscrevam, participem nas sessões públicas de
241 Câmara e nas Assembleias Municipais.” -----
- 242 **0489. COVID 19 – micro e pequenas empresas no concelho:** “Após as circunstâncias
243 difíceis que vivemos devido à pandemia e, tendo em conta que a maioria das
244 empresas no concelho são micro e pequenas empresas e provavelmente muitas delas
245 com dificuldades, pergunto se o Sr. Presidente sabe como estão a subsistir. Se o
246 gabinete do empresário está aberto e de alerta às preocupações, ansiedades e
247 necessidades do nosso meio empresarial. Gostaria de ter acesso ao relatório com os
248 indicadores da situação económica e financeira dessas mesmas empresas.” -----
- 249 **0490. Proposta de atividades para o concelho:** “Apresento algumas propostas, ideias para
250 o nosso concelho e nunca desrespeitando as regras que temos de cumprir devido à
251 Covid-19. Com quase tudo fechado em março, só em maio recomeçou alguma
252 atividade, há que divulgar o património natural e cultural do nosso concelho. Propostas
253 que poderão ser analisadas, e realizadas pela estação do ano em que nos
254 encontramos. Por exemplo, passar a ser prioridade o investimento no turismo da
255 natureza, turismo ao ar livre e turismo radical sendo importante que todos os que se
256 realizem ao ar livre não promovam o aglomerado de pessoas. Porque não promover o
257 turismo familiar, contudo cumprindo as regras básicas, uma forma de juntar a família,
258 organizando trilhos, passeios pedestres, percursos de btt.” -----
- 259 **0491. Formações aos munícipes:** “Dar formação online gratuita aos munícipes para
260 saberem lidar com o vírus, cumprindo sempre as regras.” -----
- 261 **0492. Pobreza no concelho:** “Perante a explanação da Sra. Vereadora, Patrícia Pereira que
262 realça a preocupação com a pobreza existente no concelho devido à pandemia e que
263 já vão na segunda reunião em relação ao tema para verem de que forma podem
264 ajudar, deixa-me preocupada de só agora estarem a reunir para o efeito. Ora,
265 vejamos, a pandemia foi decretada a 15 de março, estamos a 30 de junho, pergunto
266 eu então, o que foi feito nos três meses anteriores.” -----
- 267 **0493. Ano letivo 2020/2021:** “Existe nos portugueses, nas famílias, a preocupação de como
268 irá iniciar o próximo ano letivo, preocupação também partilhada pelos professores.
269 Ninguém consegue vislumbrar algo que o governo irá deitar cá para fora sobre esta
270 matéria. Todavia e em paralelo existe a dúvida como irão envolver as famílias e a
271 própria escola. Pergunto que conversações tem havido entre as escolas e o município.
272 Continuamos a saber que um em cada 4 alunos até aos 15 anos não possuem tablet,
273 nem computador em suas casas. Pergunto qual a situação do nosso concelho, ou
274 seja, se todos os alunos têm o meio tecnológico necessário para trabalhar. Se em
275 tempo de normalidade as escolas estariam a organizar o próximo ano letivo, em
276 tempos que decorrem a exigência será muito maior. Pergunto se o município tem
277 conhecimento do plano do governo e se já está a debater a situação com as escolas.
278 Este tempo deixa claro que a escola tem um papel essencial como mecanismo de

Ata n.º 14/2020 – Reunião ordinária do dia 30.6.2020

279 mobilidade social. É na escola que os mais vulneráveis podem encontrar a ambição e
280 as ferramentas para cumprir muitos dos projetos da sua vida.” -----
281 **0494. Obra do Mercado Municipal:** “Obra do mercado, pergunto se já está pronta.
282 Apresento proposta para o mercado aproveitar o espaço e de modo a maximizar a
283 atratividade do mesmo, auxiliar os nossos produtores para que promovam os seus
284 produtos. A cada sábado dar oportunidade de explorar o espaço a um produtor
285 diferente.” -----
286 ----- O senhor Presidente da Câmara disse “gostaria já de uma forma muito rápida
287 desmistificar esta questão que julgo que a senhora vereadora não percebeu. Quando
288 falei daquela reunião com o Governo estava a referir, especificamente, ao plano de
289 ação em relação à apanha da fruta, que é aquela situação que muito me está a
290 preocupar ao dia de hoje, a mim e aos meus colegas do Oeste por inteiro, o que não
291 quer dizer que isso também não seja verdade, o início do ano porque é sem dúvida
292 nenhuma uma preocupação. Sobre a questão dos transportes, o concelho de
293 Bombarral não vai pagar absolutamente nada, tanto mais assim é que estamos a falar
294 de uma empresa privada de transporte no Oeste e é um assunto que está em cima da
295 mesa ao dia de hoje em relação a todos os 12 Municípios da OesteCIM. No que diz
296 respeito às restrições face à pandemia dizer que esta é uma questão que vai ser
297 sempre colocada, a par e passo, com os números do nosso concelho e as restrições
298 quanto ao confinamento não andarão para trás, esperemos bem que não, era
299 espetacular que isso não acontecesse, no entanto, estamos permanentemente em
300 contato com os dados da pandemia para atuarmos conforme esses dados. A senhora
301 vereadora fez a proposta da videoconferência para reuniões de câmara pública, mas a
302 nossa última reunião pública já foi assim e, depois falou da Assembleia Municipal, mas
303 como compreende a Assembleia Municipal não compete ao presidente de câmara
304 interferir nessa questão, mas posso passar essa mensagem ao senhor Presidente da
305 Assembleia Municipal. No que diz respeito ao relatório de empresas em dificuldade
306 gostava de o ter, mas não tenho confesso, não tenho porque ao dia de hoje, para já
307 não há sinais de grandes situações de desconformidade económico-financeira. No que
308 diz respeito ao turismo natureza, pois eu estou perfeitamente de acordo com a
309 senhora vereadora estamos de alguma forma a tratar delas, até através também do
310 turismo militar que, no fundo se pode também entroncar nesta situação e, portanto,
311 esta sua proposta é de grande valia, uma vez que vale a pena mesmo investirmos
312 neste nosso turismo, que como diz, as pessoas começam de alguma forma a ter
313 algum receio de ir para zonas extremamente povoadas e, portanto, é aqui que poderia
314 e pode entrar muito bem o nosso concelho. No que diz respeito à situação do auditório
315 aqui já não estou muito de acordo ao dia de hoje e se bem entendo a ideia é boa em
316 termos pedagógicos de instruir e transmitir toda a situação no que diz respeito à
317 pandemia, mas não estou interessado em que haja qualquer tipo de ajuntamentos ao
318 dia de hoje. A questão destas reuniões não é que se tenha começado agora a
319 trabalhar e a ajudar as populações que necessitem porque as organizações estão a
320 trabalhar desde sempre e este encontro foi principalmente para que todos nós nos
321 articuláremos, mas certamente que depois a senhora vereadora quererá dizer mais
322 sobre este assunto e, no que diz respeito à questão dos equipamentos informáticos,
323 os tablets e outros, fiquei agora também satisfeito que a senhora vereadora tenha
324 ficado a saber que todos os nossos alunos que precisaram tiveram acesso às aulas,
325 sem dúvida nenhuma que isto só nos pode orgulhar a todos. Em relação à abertura do

Ata n.º 14/2020 – Reunião ordinária do dia 30.6.2020

- 326 mercado municipal penso que estará pronto dentro de quinze dias e também nós
327 temos essa ideia, estamos a estudá-la, mas não seria apenas com um produtor, mas
328 sim com todos os produtores.” -----
329 ----- A senhora Vereadora Patrícia Pereira disse “quero reforçar esta questão da
330 nossa preocupação para com a distribuição de alimentação. Obviamente que não é de
331 agora até porque desde o início desta situação pandémica que o município tem
332 assegurado a questão da alimentação, nomeadamente aos alunos do escalão A e B
333 com a distribuição de refeições quentes e também foi feito um reforço com a entrega
334 de capazes e todo esse trabalho tem vindo a ser desenvolvido telefonicamente pela
335 nossa técnica. Já há algum tempo que queríamos fazer esta reunião e pelas
336 orientações que tínhamos não íamos fazer reuniões presenciais e algumas das
337 pessoas, nomeadamente o Banco Alimentar não tinha condições para fazer estas
338 reuniões de forma virtual, ou seja, pelos suportes digitais e, para além disso, volto a
339 referir a situação que mencionei há pouco que é a questão do RGD em que não
340 podíamos partilhar listagens, ou seja, cada técnico tinha a sua listagem, tinha que falar
341 sobre ela daí a necessidade desta reunião presencial que aconteceu agora, mas o
342 trabalho têm vindo a ser assegurado pelas instituições que já o asseguravam e agora
343 com o reforço acrescido do apoio da Câmara.” -----
344 **Do senhor Vice-Presidente da Câmara:** -----
345 **0495. Situação das descargas da rede junto à Repsol:** “Ora relativamente a este assunto,
346 dizer que esta situação está identificada pelos serviços municipais, estando a ser
347 desenvolvidos todos os esforços para a melhor avaliação possível e intervir
348 eventualmente com recursos externos face à situação real para percebermos a razão
349 desta situação. Todos sabemos que há uns anos atrás, existiram fundos comunitários
350 para investir nesta área, mas o que é um facto é que temos uma rede antiga com
351 muita falta de investimento e de manutenção. Neste sentido, já nos foi possível apurar
352 que no âmbito da empreitada de requalificação urbanística da entrada sul da vila,
353 realizada entre março de 2011 e novembro de 2012, obra essa adjudicada à empresa
354 Construções Pragosa S.A. e que englobava uma intervenção neste local, resultaram
355 trabalhos à posteriori que se vieram a revelar insuficientes face à capacidade
356 necessária para o seu escoamento. A obra projetada de início, previa a existência de
357 duas manilhas de escoamento, tendo o executivo da altura decidido proceder a uma
358 alteração, aumentando a secção para receber águas pluviais da Rua Mouzinho de
359 Albuquerque, mais concretamente junto à Repsol, facto esse que não veio resolver o
360 problema de fundo, já que os serviços municipais detetaram como causa deste
361 problema, uma cota ineficaz face à falta de declive para encaminhamento à estação
362 localizada junto ao LIDL, provocando um natural retorno. Assim, estamos a
363 desenvolver todos os esforços para solucionar este problema, apesar de termos a
364 consciência que não será de um dia para o outro e muito menos uma pequena
365 intervenção, já que irá eventualmente implicar uma intervenção alargada a toda a rede
366 no local.” -----
367 **Para conhecimento e pronúncia**
368 **0496. Informação n.º 153/DOPU/SPGU/GU/2020 – Construção de moradia, piscina e**
369 **muro – Projeto de Arquitetura:** -----
370 ----- O senhor Presidente da Câmara apresentou para conhecimento e pronúncia a
371 Informação n.º 153/DOPU/SPGU/GU/2020 – Construção de moradia, piscina e muro –
372 Projeto de Arquitetura. -----



Ata n.º 14/2020 – Reunião ordinária do dia 30.6.2020

373 ----- O senhor Vereador José Manuel Vieira disse “Questionamos o que é que se
374 pretende sobre esta matéria, uma vez que o Sr. Presidente tem nela, competência
375 direta e não é habitual repartir estas responsabilidades com os seus vereadores.
376 Podemos entender que queira partilhar, obras de relevo, mas nesse caso terá de o
377 fazer na íntegra e não por mera escolha sua. No âmbito da competência delegada que
378 detém, o que se espera é que o órgão decisor tenha sido corretamente acompanhado,
379 pelos técnicos afetos ao processo e que a decisão cumpra com todas as
380 determinações que se aplicam ao edificado em causa. De resto, não tendo tido o
381 necessário acompanhamento do processo, limitamo-nos a acusar o conhecimento do
382 que nos é transmitido.” -----

383 **0497. Informação n.º 71/UOAAS/2020 – Processo n.º 40/2019/01 – Projeto de**
384 **Especialidades: -----**

385 ----- O senhor Presidente da Câmara apresentou para conhecimento e pronúncia a
386 Informação n.º 71/UOAAS/2020 – Processo n.º 40/2019/01 – Projeto de
387 Especialidades. -----

388 ----- O senhor Vereador José Manuel Vieira disse “Projeto de especialidades. Sr.
389 Presidente, agradecemos a partilha, mas apelamos ao seu bom senso, no sentido de,
390 querendo partilhar estas obras importantes connosco, o faça, embora seja matéria da
391 sua exclusiva competência. Mas faça-o de forma abrangente não nos apresentando
392 apenas assuntos da sua escolha. Percebemos que nesta fase em que está instalada
393 uma séria polémica sobre um licenciamento concedido junto à Ermida de Nossa
394 Senhora do Socorro, haja uma preocupação acrescida com as edificações naquela
395 área. Contudo, deixe-me dizer-lhe que estamos perfeitamente de acordo com a
396 partilha e discussão destes processos, mas defendemos que não venham à Câmara
397 apenas alguns. Ou vêm todos ou não vem nenhum porque duvidamos da lógica que
398 norteia a apresentação dos mesmos para nosso conhecimento. Quanto à pronúncia
399 que nos é solicitada, a mesma não tem efeitos de aprovação porque está delegada na
400 presidência. Se a ideia é partilhar responsabilidades, melhorar os critérios de
401 aprovação, e precaver eventuais licenciamentos descabidos, devemos começar
402 exatamente pelo processo cuja partilha reclamamos há muito tempo que é justamente
403 o processo da edificação junto à Ermida. Como é sabido e as sucessivas atas das
404 nossas reuniões documentam, temos vindo a reclamar junto do Sr. Presidente
405 medidas rápidas e enérgicas, para solucionar o problema criado. Temos sugerido a
406 abordagem direta aos proprietários e requerentes do licenciamento autorizado, assim
407 como a discussão coletiva da Câmara sobre esta matéria e até ao momento, nada
408 aconteceu e pouca ou nenhuma informação nos tem sido facultada sobre o caso.
409 Sentimos que podemos ajudar, dado que já reunimos com o requerente e contactámos
410 o gabinete jurídico que lhes dá assistência, estando na posse de informações que
411 podem ser uteis para o desfecho a contento de todas as partes envolvidas. Aliás
412 temos vindo a dar conta da evolução deste assunto do qual nada tem sido partilhado
413 por parte do Sr. Presidente. Por isso, mais uma vez se pede que haja coerência nas
414 abordagens que se faz aos vereadores desta Câmara e essa coerência passa pela
415 partilha mais alargada e não apenas limitada aos interesses do Sr. Presidente.” -----

Ordem do dia

416
417 **0498. Proposta n.º 20/2020 – DPHAG-AJ: Proposta de Apoio ao Movimento Associativo**
418 **– Atribuição de Subsídios: -----**



Ata n.º 14/2020 – Reunião ordinária do dia 30.6.2020

419 ----- O senhor Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta: “Proposta
420 N.º 20/2020 - DPHAG-AJ (Proposta De Apoio Ao Movimento Associativo – Atribuição
421 De Subsídios) Considerando que: 1 - O Regulamento de Apoio ao Movimento
422 Associativo, em vigor, define as regras de atribuição de subsídios e outros apoios às
423 associações locais; 2 - O Município de Bombarral está consciente de que as
424 associações são a expressão do dinamismo e interesse das populações que
425 entusiasticamente se dedicam e disponibilizam em prol da causa pública; 3 - O papel
426 estratégico das estruturas associativas como elementos de desenvolvimento local, da
427 relevância da sua atividade como espaços de dinamização de uma cidadania ativa e
428 efetiva; 4 - Se reconhece no associativismo um fator determinante na promoção do
429 desenvolvimento cultural, recreativo, desportivo, social e económico do concelho; 5 -
430 Foi em Reunião da Câmara Municipal datada de 26 de maio que o prazo limites das
431 candidaturas seria 30 de junho de 2020; 6 - As Associações manifestaram dificuldades
432 em reunir os órgãos sociais devido às restrições provocadas pela pandemia mundial
433 que vivemos. Proponho que a Câmara Municipal do Bombarral delibere, no uso da
434 competência prevista no n.º 4 do artigo 12º do Regulamento de Apoio ao Movimento
435 Associativo, publicado em Diário da República pelo Aviso n.º 8896/2016, aprovar a
436 prorrogação do prazo de entrega das candidaturas para 06 de julho de 2020, inclusive.
437 Bombarral, 24 de junho de 2020. O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo
438 Fernandes, *Dr.*” -----
439 ----- O senhor Vereador José Manuel Vieira disse “Sendo o movimento associativo
440 uma mais valia indissociável do desenvolvimento concelhio nas áreas Cultural, Social,
441 Recreativa e Desportiva, desperta-nos uma maior sensibilidade para tudo o que
442 configure, mais e melhor apoio às associações envolvidas. Não podemos deixar de
443 assinalar que, particularmente neste momento difícil, a atividade das nossas
444 associações se encontra bastante limitada, sendo de aprovar a prorrogação do prazo
445 para a entrega das candidaturas aos subsídios. Por outro lado, reforçamos aquilo que
446 temos vindo a dizer sobre o facto das receitas próprias das coletividades estarem
447 praticamente na estaca zero, sendo necessário haver, da nossa parte, uma reflexão
448 profunda, sobre a necessidade de ser dado um impulso mais significativo nas verbas a
449 distribuir pelas associações que, na maioria dos casos, substituem os deveres e
450 competências do próprio município. Mas não é isso que está em causa, na discussão
451 deste ponto, por isso voltaremos ao tema, na altura certa para propor os ajustes em
452 consonância com as necessidades que as associações nos forem apresentando.
453 Todos sabemos que os efeitos desta paragem trarão exigências acrescidas para
454 todos, prevendo-se que, por exemplo, no caso do SCEB-Sport Clube Escolar
455 Bombarralense, poderemos encarar uma nova realidade caso se concretize a
456 previsível subida de divisão. Aproveito para reiterar o pedido de duplicação do apoio à
457 Associação Amigo Fiel, cuja proposta avancei, há umas reuniões atrás e o Sr.
458 Presidente concordou. Aguardamos que a proposta venha à Câmara.” -----
459 ----- Foi deliberado, por unanimidade e em minuta, aprovar a prorrogação do prazo
460 de entrega das candidaturas para 06 de julho de 2020, inclusive conforme a proposta
461 n.º 20/2020 - DPHAG-AJ (Proposta De Apoio Ao Movimento Associativo – Atribuição
462 De Subsídios) -----
463 **0499. Proposta n.º 26/200 – DPHAG-AJ: Proposta de Protocolo de Cooperação para a**
464 **Implementação do “Referencial de Educação para a Segurança, Defesa e a Paz”:**



Ata n.º 14/2020 – Reunião ordinária do dia 30.6.2020

465 ----- Foi deliberado, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta n.º 26/2020
466 - DPHAG-AJ (Proposta de Protocolo de Cooperação para a Implementação do
467 “Referencial de Educação para a Segurança, Defesa e a Paz”) Considerando que: 1 -
468 Nos termos do n.º 1 do artigo 276.º da Constituição da República Portuguesa «*A*
469 *defesa da pátria é direito e dever fundamental de todos os portugueses*»; 2 - A Lei do
470 Serviço Militar, aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de setembro, na sua redação atual,
471 determina, no n.º 4 do seu artigo 12.º, que outros serviços públicos, com relevância
472 para o sistema de ensino nacional, devem desenvolver ações de sensibilização e
473 divulgação do papel da defesa nacional e das Forças Armadas, «*através da integração*
474 *da temática da defesa nacional em curricula escolares*»; 3 - O atual Conceito
475 Estratégico de Defesa Nacional contempla, como vetor e linha de ação estratégica, a
476 promoção, através das instituições da educação, da segurança e da defesa nacional,
477 de uma cultura de segurança e a promoção, nos programas escolares, dos valores
478 nacionais e da formação para um patriotismo democrático e cosmopolita; 4 - De
479 acordo com as Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania, a área temática
480 da Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz pretende evidenciar o contributo
481 específico dos órgãos e estruturas de defesa para a afirmação e preservação dos
482 direitos e liberdades civis, e para a promoção da igualdade e da não discriminação,
483 bem como a natureza e as finalidades da sua atividade em tempo de paz, e ainda
484 contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da matriz histórica de
485 Portugal, nomeadamente como forma de consciencializar a importância do património
486 cultural, no quadro da tradição universal de interdependência, solidariedade e paz
487 entre os povos; 5 -A área da Cidadania e da Igualdade tem por missão desenvolver
488 políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade entre
489 mulheres e homens, prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência
490 doméstica, combate à discriminação em razão do sexo, da orientação sexual,
491 identidade e expressão de género, características sexuais, origem racial e étnica, cor,
492 nacionalidade, ascendência e território de origem, e da promoção da agenda
493 Mulheres, Paz e Segurança nos termos da Resolução do Conselho de Segurança das
494 Nações Unidas n.º 1325 (2000), aprovada em 31 de outubro de 2000; 6 - A área da
495 Integração e das Migrações tem por missão desenvolver políticas públicas que
496 favoreçam a valorização da diversidade cultural e religiosa da sociedade portuguesa
497 visando a plena integração das populações imigrantes, refugiadas e portuguesas
498 ciganas, através do diálogo e da educação intercultural e inter-religiosa; 7 - A área da
499 Defesa Nacional, no âmbito da sua missão, tem por atribuição «Monitorizar e apoiar a
500 implementação das ações relativas às estratégias setoriais identificadas no Conceito
501 Estratégico de Defesa Nacional», nos termos da alínea d) do artigo 2.º do Decreto-Lei
502 n.º 183/2014, de 29 de dezembro, assim como assegurar a proteção dos valores
503 fundamentais da ordem constitucional; 8 - A área da Modernização do Estado e da
504 Administração Pública, tem por missão formular, conduzir, executar e avaliar as
505 políticas de modernização, inovação e simplificação administrativa do Estado e da
506 Administração Pública, designadamente em matéria de organização e gestão dos
507 serviços públicos, de alterações nos processos e procedimentos administrativos e na
508 qualificação do emprego público, bem como uma política global e coordenada na área
509 das autarquias locais; 9 - A área da Educação, no âmbito da sua missão, tem por
510 atribuição valorizar as parcerias com entidades que cooperam na concretização de
511 políticas educativas para o desenvolvimento das crianças e dos jovens, de modo a



Ata n.º 14/2020 – Reunião ordinária do dia 30.6.2020

512 contribuir para uma cidadania interveniente nos diferentes espaços sociais, que
513 estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos
514 ensinos básico e secundário; 10 - A escola é o espaço no qual ganha realidade a
515 educação para a cidadania, possibilitando a inclusão da temática da educação para a
516 segurança e a defesa nacional, nomeadamente na sua vertente de uma cultura para a
517 paz, a igualdade e a não discriminação; 11 - O Programa do XXII Governo
518 Constitucional, tendo presente a necessidade de envolver a sociedade no debate
519 sobre as questões da Defesa Nacional e de aproximar as Forças Armadas dos
520 cidadãos e das cidadãs, propõe-se desenvolver uma cultura de defesa, segurança e
521 paz integrada, que envolva autarquias locais e escolas, em articulação,
522 nomeadamente, com a área da Educação e da cidadania e igualdade; 12 - Os
523 municípios têm, nos termos das disposições constantes da alínea d) do n.º 2 do artigo
524 23.º e da alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais,
525 aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, na sua redação atual, atribuições nos
526 domínios da educação e ensino e o respetivo órgão executivo tem competência para
527 colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com
528 entidades da administração central; os órgãos municipais recebem ainda, no domínio
529 da educação, as competências previstas no artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de
530 agosto, em consequência do reconhecimento de que a proximidade aos cidadãos e o
531 conhecimento do território e da comunidade são um fator fundamental no processo
532 educativo; Considerando, ainda, que uma equipa conjunta da Direção-Geral da
533 Educação e do Instituto da Defesa Nacional elaborou o «Referencial de Educação
534 para a Segurança, a Defesa e a Paz», para aplicação na educação pré-escolar e nos
535 ensinos básico e secundário, que constitui o documento orientador para a
536 implementação da Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, constante das
537 portarias que regulamentam do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho; Proponho que
538 a Câmara Municipal do Bombarral delibere, no uso da competência prevista na alínea
539 r) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em
540 anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, aprovar a proposta de
541 protocolo, em anexo; Município de Bombarral, 24 de junho de 2020. O Presidente da
542 Câmara Municipal, Ricardo Fernandes, *Dr.* (Anexo I) -----
543 **0500. Homologação do Auto de Receção Definitiva da obra “Arranjo Urbanístico da**
544 **Praça da República” adjudicada à empresa Construções Pragosa, SA: -----**
545 ----- O senhor Vereador João Castanheira disse “o que é que se passa com os
546 repuxos e com o vulcão da Praça da República que há três anos não funcionam e que
547 no anterior mandato tinham estado a funcionar.” -----
548 ----- O senhor Vice-Presidente da Câmara disse “o vulcão e os repuxos
549 funcionaram no anterior mandato porque foram arrançados antes do período das
550 eleições, mas não foi resolvido o problema de fundo, ou seja, e como se calhar até é
551 do seu conhecimento fizemos a reparação e manutenção dos repuxos na Praça do
552 Município na semana passada e está prevista essa mesma intervenção também para
553 a Praça da República e, portanto, o respetivo funcionamento dos mesmos. No entanto,
554 os repuxos e o vulcão da Praça da Republica não estiveram três anos sem funcionar
555 como o senhor vereador João Castanheira disse porque já funcionaram durante este
556 mandato.” -----



Ata n.º 14/2020 – Reunião ordinária do dia 30.6.2020

- 557 ----- Foi deliberado, por unanimidade e em minuta, a Homologação do Auto de
558 Receção Definitiva da obra “Arranjo Urbanístico da Praça da República” adjudicada à
559 empresa Construções Pragosa, SA. -----
- 560 **0501. Informação n.º 51/DOPU-OIM/2020 de 17/6/2020 – Arranjo Urbanístico da Praça**
561 **da República - Receção Definitiva da Obra – Autorização para Libertação de**
562 **garantias bancárias: -----**
- 563 ----- Foi deliberado, por unanimidade e em minuta, a autorização para libertação de
564 da caução da empreitada constituída pelas garantias bancárias: BPI Garantia n.º
565 05/189/27901 no valor de € 30.637,67; BPI Garantia n.º 06/292/41896 no valor de €
566 30.637,67; BPI Garantia n.º GAR/07305635 no valor de € 1.170,00 (contrato adicional);
567 BPI Garantia n.º GAR/07305630 no valor de € 618,00 (contrato adicional) e BPI
568 Garantia n.º GAR/09303692 no valor de € 3.316,92 (revisão de preços). -----
- 569 **0502. Vistoria no âmbito da reabilitação urbana, D.L. n.º 307/2009 de 23/10, na atual**
570 **redação (antes do início das obras) referente ao imóvel sito no gaveto da Rua**
571 **Professor Moura, n.º 16 e Rua José Nobre, n.º 4, no lugar do Carvalhal: -----**
- 572 ----- Foi deliberado, por unanimidade e em minuta, sobre a vistoria no âmbito da
573 reabilitação urbana, D.L. n.º 307/2009 de 23/10, na atual redação (antes do início das
574 obras) referente ao imóvel sito no gaveto da Rua Professor Moura, n.º 16 e Rua José
575 Nobre, n.º 4, no lugar do Carvalhal atribuir o estado de conservação do edifício
576 considerado mau propondo-se notificação à proprietária no sentido de conceder um
577 prazo de 180 dias para a realização de obras de conservação/reabilitação dos edifícios
578 devendo, entretanto, serem asseguradas as condições de segurança sobre a via
579 pública, designadamente, a consolidação de materiais em risco de desprendimento,
580 no prazo de 60 dias. -----
- 581 **0503. Informação n.º 52/DOPU-OIM/2020 – Abertura de Procedimento de Contratação**
582 **Pública: Concurso público (alínea b) do artigo 19.º) do Código dos Contratos**
583 **Públicos na sua atual redação - Processo n.º 24/CPE/2020 - Projeto PAMUS –**
584 **Melhoria da Acessibilidade do Caminho das Escolas: -----**
- 585 ----- Presente a Informação n.º 52/DOPU-OIM/2020 foi deliberado, por
586 unanimidade e em minuta, autorizar a Abertura de Procedimento de Contratação
587 Pública: Concurso público (alínea b) do artigo 19.º) do Código dos Contratos Públicos
588 na sua atual redação - Processo n.º 24/CPE/2020 - Projeto PAMUS – Melhoria da
589 Acessibilidade do Caminho das Escolas. -----
- 590
591
592
- 593 -----Pelas 11 horas e 50 minutos foi a reunião encerrada e lavrada a presente ata,
594 que depois de lida e achada conforme, vai ser devidamente assinada nos termos do
595 n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo Presidente do órgão e
596 pela funcionária municipal que a lavrou.
- 597
598
- 599 O Presidente da Câmara,
- 600
601
- 602 A funcionária,
- 603



604
605
606
607
608
609
610
611
612
613
614
615
616
617
618
619
620
621
622
623
624
625
626
627
628
629
630
631
632
633
634
635
636
637
638
639
640
641
642
643
644
645
646
647
648
649
650

Anexo I

Protocolo de cooperação para a implementação do «Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz»

Considerando que:

Nos termos do n.º 1 do artigo 276.º da Constituição da República Portuguesa «*A defesa da pátria é direito e dever fundamental de todos os portugueses*»;

A Lei do Serviço Militar, aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de setembro, na sua redação atual, determina, no n.º 4 do seu artigo 12.º, que outros serviços públicos, com relevância para o sistema de ensino nacional, devem desenvolver ações de sensibilização e divulgação do papel da defesa nacional e das Forças Armadas, «*através da integração da temática da defesa nacional em curricula escolares*»;

O atual Conceito Estratégico de Defesa Nacional contempla, como vetor e linha de ação estratégica, a promoção, através das instituições da educação, da segurança e da defesa nacional, de uma cultura de segurança e a promoção, nos programas escolares, dos valores nacionais e da formação para um patriotismo democrático e cosmopolita;

De acordo com as Linhas Orientadoras da Educação para a Cidadania, a área temática da Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz pretende evidenciar o contributo específico dos órgãos e estruturas de defesa para a afirmação e preservação dos direitos e liberdades civis, e para a promoção da igualdade e da não discriminação, bem como a natureza e as finalidades da sua atividade em tempo de paz, e ainda contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da matriz histórica de Portugal, nomeadamente como forma de consciencializar a importância do património cultural, no quadro da tradição universal de interdependência, solidariedade e paz entre os povos;

A área da Cidadania e da Igualdade tem por missão desenvolver políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade entre mulheres e homens, prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica, combate à discriminação em razão do sexo, da orientação sexual, identidade e expressão de género, características sexuais, origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem, e da promoção da agenda Mulheres, Paz e Segurança nos termos da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000), aprovada em 31 de outubro de 2000;

A área da Integração e das Migrações tem por missão desenvolver políticas públicas que favoreçam a valorização da diversidade cultural e religiosa da sociedade portuguesa visando a plena integração das populações imigrantes, refugiadas e portuguesas ciganas, através do diálogo e da educação intercultural e inter-religiosa;

A área da Defesa Nacional, no âmbito da sua missão, tem por atribuição «Monitorizar e apoiar a implementação das ações relativas às estratégias setoriais identificadas no Conceito Estratégico de Defesa Nacional», nos termos da alínea d) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro, assim como assegurar a proteção dos valores fundamentais da ordem constitucional;

A área da Modernização do Estado e da Administração Pública, tem por missão formular, conduzir, executar e avaliar as políticas de modernização, inovação e simplificação administrativa do Estado e da Administração Pública, designadamente em matéria de organização e gestão dos serviços públicos, de alterações nos processos e procedimentos administrativos e na qualificação do emprego público, bem como uma política global e coordenada na área das autarquias locais;



Ata n.º 14/2020 – Reunião ordinária do dia 30.6.2020

651 A área da Educação, no âmbito da sua missão, tem por atribuição valorizar as parcerias com
652 entidades que cooperam na concretização de políticas educativas para o desenvolvimento das
653 crianças e dos jovens, de modo a contribuir para uma cidadania interveniente nos diferentes
654 espaços sociais, que estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos
655 currículos dos ensinos básico e secundário;

656 A escola é o espaço no qual ganha realidade a educação para a cidadania, possibilitando a
657 inclusão da temática da educação para a segurança e a defesa nacional, nomeadamente na
658 sua vertente de uma cultura para a paz, a igualdade e a não discriminação;

659 O Programa do XXII Governo Constitucional, tendo presente a necessidade de envolver a
660 sociedade no debate sobre as questões da Defesa Nacional e de aproximar as Forças Armadas
661 dos cidadãos e das cidadãs, propõe-se desenvolver uma cultura de defesa, segurança e paz
662 integrada, que envolva autarquias locais e escolas, em articulação, nomeadamente, com a área
663 da Educação e da cidadania e igualdade;

664 Os municípios têm, nos termos das disposições constantes da alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º e
665 da alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei
666 n.º 75/2013, de 12 setembro, na sua redação atual, atribuições nos domínios da educação e
667 ensino e o respetivo órgão executivo tem competência para colaborar no apoio a programas e
668 projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central; os órgãos
669 municipais recebem ainda, no domínio da educação, as competências previstas no artigo 11.º
670 da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, em consequência do reconhecimento de que a
671 proximidade aos cidadãos e o conhecimento do território e da comunidade são um fator
672 fundamental no processo educativo;

673 Considerando, ainda, que uma equipa conjunta da Direção-Geral da Educação e do Instituto da
674 Defesa Nacional elaborou o «Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz»,
675 para aplicação na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, que constitui o
676 documento orientador para a implementação da Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz,
677 constante das portarias que regulamentam do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho;

678 Importa agora implementar de forma generalizada o «Referencial da Educação para a
679 Segurança e a Paz», nos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e
680 secundário do Sistema Educativo português, quando optem por incluir o domínio de Segurança,
681 Defesa e Paz na sua Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola, de acordo com o
682 disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

683 Assim, é celebrado entre o Estado, aqui representado pela Ministra de Estado e da Presidência,
684 pelo Ministro da Defesa Nacional, pela Ministra da Modernização do Estado e da Administração
685 Pública e pelo Ministro da Educação,

686 E
687 o Município do Bombarral, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel
688 Silva Fernandes,
689 o presente protocolo de cooperação que se rege pelas cláusulas seguintes:

690

Cláusula primeira

691

Objeto

692
693 O presente protocolo de cooperação tem por objeto promover a implementação do «Referencial
694 de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz», abreviadamente designado por
695 Referencial, para a educação pré-escolar e para os ensinos básico e secundário junto da
696 comunidade educativa, de acordo com o disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de
697 6 de julho.



Ata n.º 14/2020 – Reunião ordinária do dia 30.6.2020

698

699

Cláusula segunda

700

Defesa Nacional

701

À Defesa Nacional, através do Instituto de Defesa Nacional, doravante designado IDN, compete:

702

703 a) Elaborar, em colaboração com os municípios e os agrupamentos de escolas dos respetivos
704 concelhos, um plano de implementação do «Referencial de Educação para a Segurança, a
705 Defesa e a Paz»;

706 b) Propor e desenvolver atividades de formação para docentes creditados como formadores
707 pelo Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua, em atividade nos Centros de
708 Formação de Associação de Escolas e garantir a assessoria aos quadros envolvidos na
709 implementação do Referencial, relativamente às questões de segurança e defesa nacional.

710 c) Incrementar a articulação entre os diferentes promotores e instituições envolvidos no
711 processo, colhendo sinergias que contribuam para um reforço da cultura de cidadania e defesa.

712

713

Cláusula terceira

714

Educação

715 À Educação, através da Direção-Geral da Educação, em articulação com o IDN, compete:

716 a) Dinamizar a concretização do plano de implementação do «Referencial de Educação para a
717 Segurança, a Defesa e a Paz»;

718 b) Colaborar nas atividades de formação para docentes, designadamente, na salvaguarda da
719 articulação do «Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz» com os
720 documentos curriculares em vigor e de aspetos pedagógicos adequados aos diferentes níveis
721 de ensino.

722

723

Cláusula quarta

724

Cidadania e Igualdade

725 À Cidadania e Igualdade compete colaborar nas ações de dinamização e concretização do
726 plano de implementação do «Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz» e
727 nas atividades de formação para docentes, tendo em vista garantir designadamente a
728 integração das seguintes temáticas:

729 a) Igualdade entre mulheres e homens e prevenção e combate à violência contra as mulheres e
730 violência doméstica, nos termos do III Plano Nacional de Ação para a Implementação da
731 Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz
732 e Segurança (2019-2022), através da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género;

733 b) Prevenção e combate à discriminação em razão do sexo, da orientação sexual, identidade e
734 expressão de género, características sexuais, origem racial e étnica, cor, nacionalidade,
735 ascendência e território de origem, através da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de
736 Género e da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial.

737

738

Cláusula quinta

739

Integração e Migrações

740 À Integração e Migrações, através do Alto Comissariado para as Migrações, I. P., compete
741 colaborar na concretização do plano de implementação do «Referencial de Educação para a
742 Segurança, a Defesa e a Paz» e nas atividades de formação para docentes, tendo em vista
743 garantir designadamente a integração das seguintes temáticas:



Ata n.º 14/2020 – Reunião ordinária do dia 30.6.2020

- 744 a) Desconstrução de estereótipos e mitos com factos contribuindo para a plena integração de
745 pessoas imigrantes e seus descendentes, refugiadas e portugueses ciganos;
746 b) Contribuir para a educação intercultural e inter-religiosa.

747

748

Cláusula sexta

749

À Modernização do Estado e da Administração Pública

750

À Modernização do Estado e da Administração Pública compete colaborar nas ações de
751 dinamização e concretização do plano de implementação do «Referencial de Educação para a
752 Segurança, a Defesa e a Paz», através da articulação com as autarquias locais.

753

754

Cláusula sétima

755

Município

756

Ao Município do Bombarral compete, através dos serviços próprios com competências no
757 âmbito do presente protocolo, colaborar com a Cidadania e a Igualdade, a Defesa Nacional, a
758 Modernização Administrativa e a Educação na elaboração e execução do plano de
759 implementação do «Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz» e na
760 integração das temáticas referidas na Cláusula quarta, procurando, no âmbito das suas
761 atribuições, e no respeito pelo disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho,
762 incentivar, apoiar e integrar no seu projeto educativo iniciativas relevantes da sociedade civil
763 relacionadas com a promoção de uma cultura da segurança, da defesa e da paz, apoiando a
764 participação ativa neste projeto dos agrupamentos de escolas do seu concelho.

765

766

Cláusula oitava

767

Produção de efeitos e vigência

768

1. O presente protocolo de cooperação entra em vigor na data da sua assinatura e vigora pelo
769 período de três anos.

770

2. As partes comprometem-se a tudo fazer para que o «Referencial de Educação para a
771 Segurança, a Defesa e a Paz» seja implementado a partir do ano letivo de 2021/2022.

772

Por estarem de acordo com o teor do presente protocolo de cooperação é o mesmo assinado,
773 em quintuplicado pelos outorgantes, destinando-se um exemplar a cada uma das partes.

774

775

Leiria,

776

777

778

Pel' A Ministra de Estado e da Presidência

779

A Secretária de Estado para a Integração e as Migrações,

780

781

782

Cláudia Patrícia da Cruz Pereira

783

784

O Ministro da Defesa Nacional

785

786

787

João Gomes Cravinho

788

789

790

A Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública



Ata n.º 14/2020 – Reunião ordinária do dia 30.6.2020

791

792

793 Alexandra Leitão

794

795 **O Ministro da Educação**

796

797

798 Tiago Brandão Rodrigues

799

800 **O Presidente da Câmara Municipal do Bombarral**

801

802

803 Ricardo Manuel Silva Fernandes

804